



Impercepção botânica na política ambiental

Jornal da Universidade / 6 de junho de 2024

Artigo | Edelson Brito de Souza e Maria Cecília de Chiara Moço, da Botânica, defendem a necessidade de uma relação mais próxima com a vegetação e de uma educação que contribua para esse fim

*Por: Edelson Brito de Souza e Maria Cecília de Chiara Moço

*Ilustração: Katherine Avila/ Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IAUFRGS

A humanidade aprendeu a cultivar as plantas e utilizar seus diversos recursos, tornando, dessa forma, a exploração vegetal uma das principais atividades econômicas mundiais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento de 1,7% em 2023, impulsionado principalmente devido à expansão do setor agropecuário, conforme o [Departamento de Economia e Estatística \(DEE\)](#) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

Diante dos desafios sem precedentes que estamos enfrentando, relacionados a eventos climáticos extremos, compreender o papel das plantas na biosfera torna-se, portanto, crucial. Logo, é preciso perceber as plantas para além do imediatismo, valorizando seus múltiplos benefícios ecológicos, a fim de promover um relacionamento sustentável e equilibrado com o meio ambiente. Somente dessa forma será possível garantir a preservação e o bem-estar a médio e longo prazo.

Mas, como o ensino de botânica pode ajudar nesse contexto?

Historicamente, o declínio do interesse pelos estudos botânicos tem seu marco no Ocidente, no final do século XVIII, após a Revolução Industrial, quando houve uma valorização crescente dos produtos processados. Agravou-se ainda mais, na segunda metade do século XX, com a Revolução Verde, que marca o uso de maquinários no campo e o aumento na produção de monoculturas com a utilização de adubos químicos, inseticidas, herbicidas e sementes transgênicas.

Esses eventos causaram impactos negativos significativos nas leis de preservação ambiental, reduziram a diversidade de cultivares e contribuíram, também, para a erosão do conhecimento dos povos tradicionais. Estes povos, por serem culturalmente distintos e possuírem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantêm relações específicas com o meio ambiente em que vivem.

A valorização econômica de um pequeno grupo de plantas cultivadas tem sido a justificativa para o desmatamento de áreas de vegetação nativa e redução da biodiversidade natural. Nota-se que a falta de conhecimento sobre as plantas segue um ciclo vicioso, pois o desinteresse político sobre a biodiversidade vegetal impacta também nas diretrizes curriculares nacionais, que estruturam os conteúdos de botânica na educação básica, resultando em cidadãos cada vez mais desinformados e menos críticos.

Podemos constatar que, particularmente no [Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio](#), por exemplo, o ensino sobre as plantas não é citado no Podemonte Curricular Biologia, da Formação Geral Básica. Esse cenário educacional cria uma sociedade com maior dificuldade em perceber, valorizar e preservar as plantas no ambiente natural, causando o fenômeno denominado de **"impercepção botânica"**.

A impercepção botânica na política leva os governantes a tomarem decisões inconscientes, visando, na maioria das vezes, apenas benefícios econômicos, deixando a questão ambiental de lado. Esse fenômeno pôde ser constatado na instância estadual em 2020, quando cerca de 480 pontos do Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul foram alterados.

Especialmente sobre as enchentes que assolaram o estado, é importante ressaltar que a degradação de áreas nas margens dos rios é apontada como um dos principais causadores dessa tragédia. O curso de um rio é acompanhado por uma área inundável, correspondente à linha limite de extravasamento da água do seu leito em eventos extremos de cheia. Naturalmente, essa área é ocupada por uma vegetação nativa específica, que apresenta três papéis essenciais durante os eventos de cheias: 1) o emaranhado de raízes garante a fixação das partículas do solo, evitando o assoreamento; 2) a permeabilidade do solo orgânico garante a absorção e retenção da água, diminuindo a área de extravasamento; e 3) a vegetação ripária serve de barreira, reduzindo a velocidade de fluxo da água. É com esse embasamento científico que as matas ciliares são consideradas [Áreas de Preservação Permanente \(APP\)](#).

Em um estado cuja base econômica é a agropecuária, a instalação de latifúndios e o empobrecimento da população rural são facilitados, configurando-se como as principais causas do êxodo rural e da superpopulação das cidades. Portanto, a junção da expansão de monoculturas com o crescimento desordenado dos centros urbanos e as desigualdades sociais, impulsionam a degradação das áreas verdes e a ocupação de locais inadequados para moradia. Como consequência, ambientes que deveriam ser ocupados por matas ciliares, florestas e vegetação nativa dão lugar a monoculturas, casas, prédios e avenidas.

Ter conhecimento sobre o desenvolvimento das plantas e seu papel ecológico promove a consciência ambiental, a conservação das espécies nativas, a restauração de ambientes degradados, o uso de práticas sustentáveis de cultivo e o fomento às pesquisas científicas sobre o tema.

A educação botânica ensina que todas as espécies de plantas apresentam igual importância. A valorização econômica de culturas como milho, feijão, soja e arroz é tão essencial quanto a valorização das espécies da vegetação nativa, das plantas espontâneas que crescem nas lavouras e das árvores das praças.

Principalmente nos grandes centros urbanos, é essencial adotar estratégias para aumentar a presença de plantas no ambiente, não somente em praças públicas, mas também em locais estratégicos, como em áreas inundáveis, com a recuperação de matas ciliares.

Investir no ensino de botânica, tanto no ambiente escolar como fora dele, possibilita um maior entendimento sobre as plantas e promove práticas sustentáveis. Isso é fundamental para encontrar soluções que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas.

Edelson Brito de Souza é mestrando no PPG em Botânica.

Maria Cecília de Chiara Moço é docente do Departamento de Botânica e do PPG em Botânica.

"As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo."

:: Posts relacionados



Cheias: precisamos recuperar a vegetação em metade das margens de rios



Reflexões sobre as inundações e a qualidade da água do Guaíba

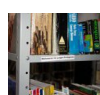


Botos da barra e a valorização de um ecossistema em Tramandaí

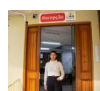


Jorge Amaro e a descoberta do mundo por meio da educação

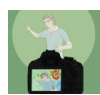
:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



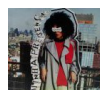
Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

[View on Instagram](#)

INSTAGRAM

[jornaldauniversidadeufrgs](#)
[@jornaldauniversidadeufrgs](#)

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria - 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

[\(51\) 3308.3368](tel:5133083368)

jornal@ufrgs.br